

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2008, que *"dispõe sobre incentivo à exploração e implantação de centrais elétricas de geração a partir de fonte eólica e dá outras providências"*.

RELATOR: Senador ACIR GURGACZ

I – RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei nº 379, de autoria do Senador Renato Casagrande, que propõe desconto de 100% nas tarifas de uso de transmissão (TUST) e de distribuição (TUSD), tanto para o produtor quanto para o consumidor da energia eólica. O desconto também será estendido a todos os empreendimentos existentes ou em fase de implantação.

O incentivo perdurará o tempo necessário para a amortização, parcial ou integral, dos investimentos realizados pelo empreendedor, findo o qual a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) fixará novo percentual de redução compatível com a manutenção da competitividade do empreendimento.

Segundo o autor da matéria, o estabelecimento de subsídios a fontes alternativas é prática corrente no setor energético mundial e o Brasil deve seguir o mesmo caminho. A adoção de subsídios pelo uso das redes de transmissão e distribuição tem o intuito de incentivar a exploração dos estratégicos potenciais eólicos do Brasil. Ademais, contribui para a redução dos gases de efeito estufa (GEE) que seriam produzidos por poluentes termoelétricas a combustíveis fósseis que as eólicas substituem.

A matéria foi encaminhada inicialmente para esta CAE, e seguirá para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), à qual caberá decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Cabe à CAE analisar aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida e, em particular, os aspectos tarifários.

É forçoso reconhecer a enorme pertinência do projeto de lei sob análise. É estratégica para o Brasil a exploração do nosso potencial eólico de 140 mil MW, de dimensão comparável à de nossa capacidade instalada atual. Além de ir ao encontro dos esforços brasileiros pela redução das emissões de GEE, a concretização do nosso potencial eólico é parte da estratégia nacional de garantia da segurança energética. Poucos países têm tamanha diversidade de fontes renováveis como o Brasil, e em montante capaz de suprir nossas necessidades em longo prazo.

Esse incentivo que o projeto de lei propõe favorece a viabilidade econômica e a competitividade dos empreendimentos eólicos, pois incentiva a fixação, no País, de indústrias de fabricação de pás, torres, turbinas e geradores eólicos, dando escala à indústria nacional. Ademais, a redução tarifária proposta não implica aumento nos custos globais dos serviços de transmissão e distribuição de energia. Trata-se apenas de uma redistribuição intra-setorial desses custos.

III - VOTO

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 379, de 2008.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator